

Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

# EDITAL DE CHAMADA PUBLICA DE COMPRA Nº 02/2020

# **CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA**

(CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL)

TEXTO EM PORTUGUÊS
2020



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020

#### CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 O Município de Medianeira pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Callegari, nº 647, bairro Ipê, inscrito no CNPJ sob nº 76.206.481/0001-58, representado pela Senhora Clair Teresinha Rugeri, Secretária Municipal de Educação e Cultura, portadora do CPF nº 662.824.209-97 e RG nº 3.824.175-3, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 024/2017, através da comissão permanente de licitação designada pela portaria nº 003/2020 de 13/01/2020 e do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e Secretaria Municipal de Educação em conformidade com a Lei nº 8.666/93, suas alterações, e conforme § 1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE nº 26//2013 e nº 04/2015 e demais Legislações aplicáveis, torna público e comunica que se acha aberto a realização CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL. destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda até o dia 23/03/2020, na sede do Município de Medianeira, sendo que a abertura dos envelopes ocorrerá as 10h30min do mesmo dia.

#### 2 - OBJETO:

**2.1** O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

Item	Qtde	Und	Descrição	Substituto	Valor unitário	Valor Total
01	708	Kg	qualidade, fresca, sã, inteira, limpa, com cor,	•	3,00	2.124,00
02	248	Kg	Abóbora cabotia, firmes e sem áreas escuras, de maturação pronta para uso, com coloração e tamanho uniformes e típicos da variedade, sem sujidades ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, livre de resíduos de fertilizantes.	Cenoura, chuchu couve flor, couve brócolis, vagem,	1,50	372,00



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

03	522	Kg	Abobrinha italiana de boa qualidade	Abobora seca	2,50	1.305,00
04	1.694	Pcte	Achocolatado natural, composto de açúcar mascavo e cacau, embalagem de 1Kg, contendo dados de identificação e procedência, informações nutricionais conforme legislação vigente		17,75	30.068,50
05	3.249	Unt	danificadas. Em pés de aproximadamente 400g.	repolho, chicória almeirão, tomate escarola, rúcula, agrião, couve folha, acelga.	1,50	4.873,50
06	665	Kg	Açúcar mascavo, 1ª qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, livre de umidade, em embalagem plástica de no máximo 1Kg, devidamente legalizado.	Melado	10,00	6.650,00
07	24.314	Kg	Banana prata de primeira qualidade, frescas, sãs,		3,00	72.942,00
08	1.236	Kg	Batata doce 1ª qualidade tamanho médio, nova.	Grupo Tubérculo Mandioca	2,50	3.090,00
09	648	Kg		Cenoura, chuchu couve flor, couve brócolis, vagem,	2,50	1.620,00
10	3.105	Kg	Biscoito caseiro (bolacha) com identificação conforme legislação vigente.	Grupo Pães e massas: Pão caseiro	20,00	62.100,00
11	1.505	Kg		Sem substituto	3,50	5.267,50



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

12	1.386	maço	até 2kg, composição em 100 % milho, cor amarela, embalagem plástica transparente e resistente, com solda integra. Data de fabricação/validade registro no Ministério da Agricultura.  Cebolinha verde - deverão estar frescas, sãs, inteiras, limpas, cor, odor, e sabor característicos, maço de 200g.	Salsinha.	2,00	2.772,00
13	1.170	Kg	Doce em pasta preparado com frutas sãs, limpas, isenta de matéria terrosa, parasitos, detritos e fermentação. Poderá ter adição de glicose ou açúcar invertido. É tolerada a adição de acidulantes naturais e pectina. Podem apresentar pedaços de frutas, tubérculo e outras partes comestíveis. Não podem ter adição de farinha, amido, conservante e corante. Devidamente regulamentado segundo legislação. Sabores variados.		16,65	19.480,50
14	1.470	Kg	Farinha de milho (fubá), fino, amarelo, composição 100% milho, acondicionado em embalagem transparente e resistente, com solda íntegra. Conter data de fabricação e validade com Registro no Ministério da Agricultura.	EIRA	3,00	4.410,00



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

15	6.870	Pcte	logurte de polpa de frutas, sabores variados, composição de leite pasteurizado, semidesnatado e/ou leite em pó reconstituído, semidesnatado, contendo 1 litro, com dados de identificação e de procedência, informações nutricionais, data de fabricação e de validade.		4,98	34.212,60
16	10.464	Litro	Leite integral pasteurizado		3,50	36.624,00
17	4.889	Kg	Macarrão caseiro congelado (talharim ou pene) com identificação conforme legislação vigente.		12,00	58.668,00
18	2.262	Kg	Mandioca tipo branca ou amarela descascada, de 1º qualidade, sem réstia, seca, nova, tamanho médio, sem casca, sã, sem rupturas e embaladas em saquinhos plásticos higienizados e fechados.		3,50	7.917,00
19	500	pote	açúcar pote de 800g, 1ª qualidade, isento de matéria estranha, fungos, parasitas, devidamente legalizado.	Açúcar mascavo	8,50	4.250,00
20	2.490	Kg	Melão colonial - frescos e sãos, inteiros, limpos e apresentar cor, odor e sabor característicos. Deverão ter casca firme e lustrosa.	prata/ caturra, laranja,	4,00	9.960,00
21	2.365	Kg	Melancia - frescos e sãos, inteiros, limpos e apresentar cor, odor e sabor característicos. Deverão ter casca firme e lustrosa.	prata / caturra, laranja,	1,75	4.6138,75



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

22	3.931	Dz	vermelhos de galinha, classificação A, tamanho médio a grande, acondicionados em embalagem própria, validade máxima de 30 dias, livre de rachaduras ou batidas sem sujidade.	3 Bala	4,25	16.706,75
23	4.167	Kg	Pão caseiro de farinha de trigo, fermento químico, unidade de 500gr, com registro conforme legislação vigente.		11,50	47.920,50
24	1.160	Kg	Pepino comum para salada	Tomate, couve	2,00	2.320,00
25	3.519	Kg	Polpa de fruta congelada, sabores diversos, acondicionada em embalagem plástica em porções de até 1Kg.	3	15,00	52.785,00
26	2.061	Kg	Repolho verde em cabeça	30	1,50	3.091,50
27	1.239	maço	Salsinha verde – deverão estar frescas, sãs, inteiras, limpas, cor, odor e sabor característicos, maço de 200g.	B	2,50	3.097,50
28	920	Frasco	Suco de uva integral, sem conservantes, 100% natural, sem adição de água, açúcar e corante, com Registro conforme legislação vigente, embalado em frasco de vidro de 1,5 litros.	A.	14,00	12.880,00
			Total Geral Máximo			553.646,60

OBS: Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE 04/2015, Art.29, §3º).

### 3 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO:

**3.1** — Poderão participar agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que possuam DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf ativa, organizados em Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais, desde que atendidos os requisitos exigidos neste instrumento de chamamento.



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

**3.2** – Não poderão participar interessados que estejam descumprindo as sanções previstas nos incisos I, II e III do parágrafo 2º, do art. 14 da Lei nº 11.947 de 16/06/2009.

# 4 – DATA, LOCAL E HORA PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE VENDA:

**4.1** – Data: **23/03/2020 4.2** – Horário: **10h30min** 

4.3 – Local: Sala da divisão de licitações e contratos localizada no piso térreo

#### 5- CREDENCIAMENTO

**5.1** A entidade que designar representante para a participação no certame deverá fazer por meio de procuração, conforme anexo II, ou quando o representante for um dos membros da diretoria da entidade, ou individual a comprovação poderá ser de maneira precária, por simples identificação de documento com foto, comprovados em estatuto ou contrato social na fase de habilitação.

#### 6 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

- **6.1.** Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.
- **6.2**. O envelope de "HABILITA<mark>ÇÃO" d</mark>everá ser apres<mark>entado l</mark>acrado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO** 

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR

REFERENTE: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020

#### 7 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**7.1** – Poderão participar deste Chamamento Público os Agricultores Familiares Individuais, Grupos Formais e Grupos Informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e ou Associações, ou Agricultores Individuais, detentores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP – Física ou Jurídica), conforme a Lei da Agricultura Familiar (PRONAF) e que atendam a todas as exigências constantes deste Edital.

### 8 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO – ENVELOPE №1

#### 8.1 - PARA AGRICULTORES FAMILIARES FORNECEDORES INDIVIDUAIS

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia ou extrato da DAP física, emitida nos últimos sessenta (60) dias;
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
- e) Prova de regularidade com as Fazendas:
- Federal e INSS, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e á dívida ativa da união, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional na sede da empresa.



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- Estadual mediante certidão negativa de tributos estadual emitida pela respectiva secretaria do estado do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva secretaria do município do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

#### 8.2 – PARA GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) Cópia da DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor familiar participante;
- d) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda;
- e) Prova de regularidade com as Fazendas:
- Federal e INSS, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e á dívida ativa da união, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional na sede da empresa.
- Estadual mediante certidão negativa de tributos estadual emitida pela respectiva secretaria do estado do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva secretaria do município do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

# 8.3 – PARA GRUPOS <mark>FORMAIS</mark> DA AGR<mark>ICULTU</mark>RA FAMILIAR E DE EMPREENDEDORES FAMILIA<mark>RES R</mark>URAIS CONSTI<mark>TUÍDOS</mark> EM COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES.

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Cópia de Declaração de aptidão ao PRONAF DAP Jurídica para associações e cooperativas;
- c) Cópia do Alvará Municipal e do comprovante de quitação;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas:
- Federal e INSS, mediante a apresentação de certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e á dívida ativa da união, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional na sede da empresa.
- Estadual mediante certidão ne<mark>gativa de tributos estadual emitida pela respectiva secretaria do estado do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;</mark>
- Municipal mediante a apresentação de certidão negativa emitida pela respectiva secretaria do município do domicilio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante CND (Certidão Negativa de Débitos) do FGTS.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- e) Cópia do Estatuto e Ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de Cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de Associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil ou Junta Comercial de Pessoa Jurídica;



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- f) Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelo associados/cooperados;
- g) Declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus associados/cooperados;
- h) Declaração de capacidade de produção e transporte.
- i) De acordo com a legislação vigente, as organizações que se credenciarem para o fornecimento de produtos agropecuários com exigências de inspeção sanitária, deverão apresentar o comprovante SUASA (Serviço único de Atenção á Sanidade Agropecuária), SIF (Serviço de Inspeção Federal).
- j) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.
- **8.4** Os documentos acima citados poderão ser apresentados por cópia autenticada por tabelião, por funcionário do Município ou publicação em órgão da imprensa oficial. Sendo que os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficam sujeitos à verificação de sua autenticidade.

#### 9. PROJETO DE VENDA

**9.1** O envelope de "PROJETO DE VENDA" deverá ser apresentado lacrado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

**ENVELOPE 2 – PROJETO DE VENDA** 

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº. DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICIPIO DE MEDIANEIRA - PR

REFERENTE: CHAMAMENTO PUBLICO Nº 02/2020

- **9.2** No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme (modelo extraído da Resolução FNDE nº 04/2015).
- **9.3** A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata.
- **9.4** O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução FNDE nº 04/2015.
- **9.5** Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.
- **9.6** Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização, conforme análise da Comissão Julgadora.

#### 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

- **10.1** Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.
- **10.2** Entre os grupos de projetos serão observadas a seguinte ordem de prioridade para seleção:



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- I o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.
- II o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.
- III o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.
- **10.3** Em cada grupo de projetos serão observadas a seguinte ordem de prioridade para seleção:
- I os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- II os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agro ecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- III os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);
- **10.4** Caso não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens anteriores.

#### 11- DO CRITÉRIO DE DESEMPATE:

- **11.1** No caso de empate entre 2 (duas) ou mais p<mark>ropostas</mark>, a classificação se fará, observando primeiramente os c<mark>ritérios previstos no art.25 e incis</mark>os da Resolução FNDE nº 04/2015, conforme descrito abaixo:
- Art. 25 Para priorização das propostas deverá ser observada a seguinte ordem para desempate:
- I os fornecedores locais do município;
- II os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas;
- III os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;
- IV os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais: e
- V organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.
- §1º Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio.
- §2º Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos de produtores e empreendedores familiares locais, estas deverão ser complementadas com propostas de grupos de produtores e empreendedores familiares do território rural, do estado e do país, nesta ordem.

#### 12 - FONTE DE RECURSOS:

**12.1** – Os recursos serão provenientes do MDE/Programa da Merenda Escolar nas rubricas:



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

06.06.12.361.0007.2.048.000.3.3.90.32.00

06.06.12.365.0007.2.049.000.3.3.90.32.00

06.06.12.365.0007.2.050.000.3.3.90.32.00

06.06.12.366.0007.2.051.000.3.3.90.32.00

06.06.12.367.0007.2.052.000.3.3.90.32.00

#### 13 - LOCAL DE ENTREGA E PERIODICIDADE:

**13.1** – Os produtos serão entregues diretamente nas escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino conforme cronograma de entrega que será fornecido aos proponentes no ato da assinatura do contrato.

#### 14 - PAGAMENTO:

- **14.1** O pagamento será realizado em até 30 dias após a última entrega do mês ou conforme repasse ao município pelo FNDE, mediante apresentação de nota fiscal de produtor rural, acompanhadas das certidões negativa do INSS e FGTS e da regularidade da DAP jurídica, correspondente ao fornecimento efetuado e atestado sua entrega pelo fiscal do contrato da Secretaria de Educação.
- 14.2 As notas fiscais deverão constar a expressão "Produto da Agricultura Familiar/PNAE" e indicar os dados bancários para o respectivo pagamento.

# 15 – SANÇÕES ADMINISTR<mark>ATIVAS</mark> PARA O CA<mark>SO DE</mark> INADIMPLEMENTO NA ENTREGA:

**15.1** – Pela inexecução total ou parcial na entrega dos produtos, a Secretaria de Educação poderá garantida a prévia defesa, aplicar aos vencedores dos projetos as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

# 16 - CRITÉRIOS PARA DEFI<mark>NIÇÃO</mark> DOS PREÇOS <mark>DE AQ</mark>UISIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

- **16.1** Os gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural adquirido para a alimentação escolar, que integram a lista dos produtos cobertos pelo programa de garantia de preços para a agricultura familiar (PGPAF), não poderão ter preços inferiores a esses.
- **16.2** Para composição de preços de referência, será considerado o menor preço apurados com duas cooperativas do Município e região e cotação em um estabelecimento comercial e, bem como pesquisa de preços praticados no Ceasa de Foz do Iguaçu e Cascavel.
- **16.3** O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo e não poderá exceder a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP por ano civil.
- **16.3.1** Cada proposta classificada estará limitada em seu montante à quantidade de agricultores com DAPS físicas ativas, multiplicado por R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), limitado a quantidade ofertada.
- **16.4** O preço ofertado deverá ser fixo, irreajustável e ser expresso em moeda corrente nacional, em duas casas decimais.
- **16.5** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas de impostos, taxas, fretes, embalagens, encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e demais custos necessários para o cumprimento do objeto.

#### 17 - RECURSO ASMINISTRATIVO:



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- **17.1 –** Encerrada a sessão, os interessados poderão interpor recurso contra quaisquer etapas desta Chamada Pública, manifestando imediata e motivadamente a respeito, constando o registro das razões em ata, inclusive formalizando por meio de requerimento no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ocorrência.
- **17.2** O recurso terá efeito suspensivo, sendo que seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### 18 – ADJUDICAÇÃO

**18.1 –** Esgotada as fases, não havendo interposição de recurso ou julgado e decidido o recurso interposto e constatada a regularidade dos atos praticados, a comissão de licitação deve praticar o ato de adjudicação do objeto do certame a(s) proponente(s) vencedora(s).

#### 19 - HOMOLOGAÇÃO

**19.1 –** Compete à autoridade competente homologar esta Chamada Pública.

#### 20 – DA CONTRATAÇÃO E PROJETO DE VENDA

- **20.1 –** A assinatura do contrato deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a homologação do certame.
- **20.2** A proponente vencedora que se recusar a assinar o contrato será responsabilizada na forma da legislação em vigor, inclusive sendo passiva de multas e restrições para contratar com o poder público.
- **20.3** Caso a DAP de algum agricultor associado ao Grupo formal for desativada durante a execução, a contratada deverá substitui-lo por outro agricultor associado e com DAP física ativa.
- **20.4** Não havendo agricultor associado ao Grupo Fo<mark>rmal, co</mark>m DAP física ativa para a substituição, ocorrerá supressão do contrato e do projeto de venda, relativo aos itens e quantidades vinculadas ao agricultor com DAP desativada.
- 20.5 As consultas /pesquisa de regularidade da DAP jurídica, deverá ocorrer durante toda a execução do contrato, sempre antevendo a liquidação da despesa.
- 20.6 a vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

#### 21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- **21.1** Esclarecimentos relativo ao presente chamamento público e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito e encaminhados ao Município de Medianeira, no endereço constante do cabeçalho bem como no preâmbulo deste edital.
- **21.2** Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes que possam vir a prejudicar o processo, a Comissão Permanente de Licitações, poderá adiá-lo estabelecendo novos prazos para eventuais ajustes e nova realização.
- **21.3** A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste Edital e seus anexos.
- **21.4** A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase da Chamada Pública.



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- 21.5 Este edital e seus anexos, bem como as propostas e projetos farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.
- 21.6 Os casos omissos neste Edital de Chamada Pública serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitação, com base na legislação, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.
- 21.7 Durante o certame, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar esclarecimentos de consultoria profissional, para tomada de decisão, relativo a esta forma de contratação.
- 21.8 Será competente o Foro da Comarca do Município de Medianeira Pr., com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas desta Chamada Pública.
- **21.9 -** Integram o presente instrumento, os seguintes anexos:

Anexo I – Minuta de contrato

Anexo II – Cardápio para escolas e Centros de Educação Infantil

Anexo III – Cronograma de entrega

Medianeira (PR), 17 de fevereiro de 2020 Clair Terezinha Rugeri Secretária de Educação



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

#### ANEXO I

#### MINUTA CONTRATO № ...../.....

# CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Município de Medianeira pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida José Callegari, nº 647, bairro Ipê, inscrito no CNPJ sob nº 76.206.481/0001-58, representado pela Senhora Clair Teresinha Rugeri, Secretária Municipal de Educação e Cultura, portadora do CPF nº 662.824.209-97 e RG nº 3.824.175-3, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 024/2017, designada simplesmente Contratante, e de outro lado, ...... e RG sob nº ....., residente ....., na cidade de Medianeira, estado do Paraná, DAP nº ....., e/ou CNPJ nº .....que apresentou os documentos exigidos por lei, conforme Chamada Pública, daqui por diante, denominada simplesmente Contratado, tem por si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada pela Assessoria Jurídica da Prefeitura de Medianeira, "ex-vi" do disposto da Lei nº 8.666/93, de conformidade com o disposto no § 1º do art. 14 da lei 11.947/2009 e Resolução FNDE/CD/MEC 26/2013 e 04/2015, um contrato de fornecimento de alimentação escolar direta da agricultura familiar e do empreend<mark>edor fa</mark>miliar rural, me<mark>diante as seguintes cláusulas e</mark> condições, as quais prevalecerão entre as contratantes em tudo quanto se conformarem e não conflitarem com as prescrições legais, regulamentares e administrativas que regem a matéria.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Tem por objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de educação, de acordo com o Processo nº ...., Dispensa de Licitação nº ..... homologada em .../.../..., os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. A contratada fornecerá os produtos abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e cronograma de entrega, parte integrante da Chamada Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: O limite individual de venda de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:** A contratada entidade articuladora deverá informar ao ministério do desenvolvimento agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA -** O início da entrega dos gêneros alimentícios será conforme cronograma de entrega, sendo o prazo para execução de 12(doze) meses



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

O recebimento dos gêneros alimentícios dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

CLÁUSULA SEXTA: Grupo ....: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$.....(....................)

**CLÁUSULA SÉTIMA:** No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:** As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: PROGRAMA MERENDA ESCOLAR – PNAE/MDE nas rubricas:

06.06.12.361.0007.2.048.000.3.3.90.32.00 06.06.12.365.0007.2.049.000.3.3.90.32.00 06.06.12.365.0007.2.050.000.3.3.90.32.00 06.06.12.366.0007.2.051.000.3.3.90.32.00 06.06.12.367.0007.2.052.000.3.3.90.32.00

CLÁUSULA NONA: O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula quinta, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA:** Nos casos de inadimplência da CONTRATANTE, proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA:** O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:



Avenida José Callegari, nº 647 bairro Ipê - CEP 85884 - 000 - Medianeira - PR Fone: (45) 3264-8617 - (45) 3264-8616

- c) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- d) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- e) Fiscalizar a execução do contrato;
- f) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato conforme a lei 8.666/93

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública – Dispensa de Licitação nº ......, pela Lei n.º 11.947 de 16/06/2009, pela Resolução nº 26/2013 e 04/2015em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardado as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, protocoladas no Protocolo geral da Prefeitura deste Município (Protocolo on-line) no site do Município, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) qualquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: É competente o Foro da Comarca de Medianeira – PR para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Medianeira, ... de ..... de 2020.

CONTRATANTE

**CONTRATADO**